

## História Intelectual e Ciência Política

Ricardo Silva\*

**Resumo:** A comunicação busca examinar a relação entre a história das idéias e as ciências humanas - especialmente a ciência política -, elegendo como objeto as contribuições recentes do filósofo e politólogo inglês Mark Bevir. Seu projeto de reconstrução de uma perspectiva intencionalista na história das idéias tem sido objeto de larga atenção da crítica especializada. Objetiva-se examinar as formulações de Bevir sobre o papel da história intelectual no projeto de uma "ciência política interpretativa".

**Palavras-chave:** História intelectual; Mark Bevir; ciência política interpretativa.

**Abstract:** This paper aims to examine the relationship between history of ideas and human sciences – mainly political science. We chose recent contributions of the philosopher and political scientist Mark Bevir as our subject of inquiry. His project of reconstruction of an intentionalist perspective in the history of ideas has been the subject of great interest of scholarly criticism. We aim to examine Bevir’s formulations on the role of intellectual history in the prospects of an “interpretive political science”.

**Key-words:** Intellectual history; Mark Bevir; interpretive political science.

Nossa intenção nesta comunicação é explorar as conexões entre duas dimensões da obra do filósofo e politólogo Mark Bevir: sua teoria da história, forjada a partir do debate anglófono sobre a questão do método na história intelectual, e seu programa para uma “ciência política interpretativa”. Parece certo que o acentuado interesse que pesquisadores de diferentes campos de conhecimento vêm demonstrando nas contribuições de Bevir relaciona-se com a repercussão de seu livro de estréia, *The Logic of the History of Ideas*, publicado em 1999<sup>1</sup>. Nesta obra, além de tratar da lógica específica da história das idéias, como sugere o próprio título, o autor também procura dar curso a uma ambição mais ampla: “My logic provides us [...] with the basis of a general logic of history covering not only ideas or beliefs, but also actions, institutions, and the like.” (BEVIR, 1999: 316)

Bevir toma como ponto de partida de sua reflexão o debate anglófono sobre “método” em história intelectual. Sua intenção declarada consiste em favorecer uma nova perspectiva para a compreensão do debate. Abandona a preocupação “metodológica” para assumir uma

---

\* Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC e pesquisador do CNPq.

<sup>1</sup> Além de ter sido examinado em inúmeras resenhas individuais, o livro já foi objeto de números especiais e simpósios organizados por vários periódicos nas áreas de teoria da história e filosofia. Por exemplo: *Rethinking History*, vol. 4 (2000), pp. 351-372; *History of European Ideas*, vol. 28 (2002), pp. 1-117; *Philosophical Books*, vol. 42 (2001), pp. 64-86; *History of Human Sciences*, vol. 15 (2002), 102-125; *History and Theory*, vol. 41 (2002), pp. 198-217

abordagem voltada para o estudo da “lógica” da história das idéias, entendendo essa lógica como uma “disciplina de segunda ordem”, cujo intento é examinar as “formas de raciocínio apropriadas a uma disciplina de primeira ordem” (1999: 26); ou, ainda, numa formulação tributária de Wittgenstein, como a “gramática dos conceitos” que opera em disciplinas de primeira ordem, tais como história intelectual e outras disciplinas das ciências humanas. Bevir mobiliza o estilo e a herança da filosofia analítica, porém distancia-se das formulações convencionais dessa tradição filosófica, as quais repousam na distinção entre enunciados sintéticos e enunciados analíticos. Prefere caracterizar sua filosofia como “pós-analítica”, posição derivada do holismo semântico propugnado por pensadores como Wittgenstein, Quine e Davidson, críticos dos pressupostos da filosofia analítica tradicional.

Bevir objetiva explicitar o que os historiadores de fato fazem quando logram atribuir significados aos textos do passado. O significado histórico (ou hermenêutico) está sempre conectado às crenças de determinado indivíduo. Compreender a crença expressa por um indivíduo equivale a compreender a “intenção fraca” de tal indivíduo, o que, por sua vez, equivale a compreender o significado histórico ou hermenêutico do texto. Assim, todo historiador interessado em textos como registros de crenças expressas deve primeiramente situar a crença expressa por determinado indivíduo na rede de crenças (*web of beliefs*) desposada por tal indivíduo. Ancorado no holismo semântico, Bevir assume que as crenças expressas não podem ser compreendidas separadamente, uma a uma, ou cotejando-se cada uma delas com os “fatos puros”.

Assim, o processo de interpretação obriga o historiador a situar uma crença expressa na rede de crenças mais ampla do autor. Pode fazer isso, por exemplo, recorrendo a outros textos do mesmo autor, além daqueles que são o foco da sua atenção imediata. Mas isso não é tudo, pois embora Bevir favoreça um “individualismo procedimental”, sua análise requer também a inserção das redes de crenças de indivíduos particulares no âmbito das tradições intelectuais herdadas por esses indivíduos em seus processos de socialização. O conceito de tradição reveste-se de fundamental importância, uma vez que ele confere um patamar mais elevado de agregação na teoria de Bevir. É preciso frisar que, para Bevir, o conceito de tradição assume conotações muito distintas daquelas encontradas na utilização mais corriqueira do conceito, presente sobretudo em autores vinculados a perspectivas conservadoras, tais como Michael Oakeshott e Leo Strauss. Bevir defende um conceito dessubstancializado, antiessencialista de tradição.

Traditions are not fixed entities that play a judicial role in our understanding [...] Rather, traditions are evolving entities that play an instrumental role in our understanding: they help us to explain a particular belief or action by relating it to relevant prior beliefs or actions. (2000c, p. 44).

No esquema de Bevir, o conceito de tradição substitui os conceitos de “estrutura”, “paradigma” ou “episteme”, presentes em outras abordagens. O autor argumenta que sua preferência pelo conceito de tradição decorre do fato de que os conceitos alternativos acabam sempre por dar excessiva ênfase aos fatores que “determinam” ou “limitam” a agência individual. A tradição, por outro lado, tal como concebida por Bevir, consiste, sobretudo, num recurso analítico, uma espécie de “ponto de partida” para a análise das crenças expressas por indivíduos. A tradição fornece um *background* contra o qual é possível começar o processo de entendimento da crença. Todavia, embora a tradição possa “influenciar” o processo de formação da crença individual, ela não “determina” e nem mesmo “limita” este processo. Os indivíduos não absorvem passivamente os ensinamentos de uma tradição supostamente constante. O núcleo das proposições de Bevir sobre o papel da tradição para a compreensão dos significados das crenças expressas por indivíduos no passado reside na idéia de que as pessoas apropriam-se seletivamente das tradições que interpretam. E o fazem porque são dotadas de “capacidade de agência”.

Indivíduos modificam as tradições às quais recorrem bem como as redes de crença que sustentam sempre que se deparam com “dilemas”. Um dilema é definido como “a new belief which merely by virtue of the fact that one accepts it as true poses a question of one’s existing beliefs [...] A dilemma thus arises whenever people’s reflections in relation to their experiences lead them to adopt a new understanding as authoritative” (BEVIR, 2003: 58 e 61). A noção de dilema procura ser mais ampla que as noções de “anomalia” (Kuhn) e “problema” (Popper). Essas últimas surgiram do campo da epistemologia e estão muito estritamente dirigidas para o estudo das mudanças das crenças científicas. Já a noção de dilema tem uma conotação mais ampla. “Whenever we come to believe something new, we confront the dilemma of how we are going to incorporate it within our existing web of beliefs” (2003: 59).

Antes de esboçarmos as linhas gerais do programa da ciência política interpretativa de Bevir, resta observarmos, ainda que brevemente, um último e fundamental ponto de sua teoria da história. Como indicamos de passagem, o autor rejeita veementemente o fundacionalismo comprometido com a fé na acessibilidade dos “fatos puros” e na existência de uma “razão universal”. Nosso acesso aos fatos é sempre parcialmente constituído pelas crenças que

sustentamos e nossos padrões de racionalidade são sempre localmente situados. Sem dúvida, tal anti-fundacionalismo deve algo às abordagens pós-modernas contemporâneas na história e nas humanidades. No entanto, Bevir não aceita o pacote completo oferecido por tais abordagens, por avaliar que elas incorrem num equívoco que é o oposto do equívoco dos fundacionalistas. Os teóricos pós-modernos padecem de um ceticismo radical quanto às possibilidades de conhecimento objetivo da história e do mundo social e político, dando curso a um inaceitável relativismo conceitual. Ou seja, Bevir apóia-se nos pós-modernos para sua crítica do fundacionalismo, mas afasta-se deles o bastante para continuar cultivando um ideal de objetividade e validação do conhecimento. Se a objetividade não pode mais ser aferida com o apelo aos “fatos puros” e à “razão universal”, isso não impede que recorramos a fatos intersubjetivamente compartilhados e a uma forma de racionalidade situada. Mais: como a objetividade também não pode ser assegurada pelo método empregado na interpretação, uma vez que um método sofisticado pode resultar numa interpretação pobre, o que importa para o julgamento dos pleitos de objetividade de uma interpretação é seu resultado final. Mais exatamente, a objetividade ampara-se na comparação entre interpretações rivais de um mesmo fenômeno. Tais interpretações devem ser comparadas com base em um conjunto de critérios conceptuais. A objetividade deve ser compreendida muito mais como um conjunto de procedimentos do que como um resultado final assegurado pela correta aplicação de um método, seja este qual for. Conforme resume o próprio autor:

Our logic of comparison contains a form of justification appropriate to the history of ideas. Historians can justify their theories by showing them to be objective, where objectivity arises not out of a method, nor a test against pure facts, but rather a comparison with rival theories. Historians can justify their theories by relating them, in a comparison with their rivals, to criteria of accuracy, comprehensiveness, consistency, progressiveness, fruitfulness, and openness. (BEVIR, 1999: 104; 1997)

Não é o momento de alongarmos no exame deste ponto. Deixemos em suspenso, por exemplo, a análise do autor sobre o papel crucial da crítica e da “honestidade intelectual” na definição procedimental de objetividade. Não há espaço tampouco para avaliarmos o encontro do autor com seus inúmeros críticos e comentaristas. Passemos ao exame de seu programa de pesquisas para a ciência política.

Parece bastante evidente que a defesa de Bevir da “ciência política interpretativa” inspira-se diretamente nas concepções sobre a lógica da história das idéias acima esboçadas. Seus estudos no campo da ciência política desenvolvem-se em pelo menos três dimensões articuladas: 1) a justificação “epistemológica” da ciência política interpretativa; 2) a história

da ciência política no século XX; e 3) estudos sobre o conceito e a prática da “governança”, focados especialmente no caso inglês das últimas décadas. Nesta última dimensão, que remete ao esforço de aplicação empírica da ciência política interpretativa, é necessário mencionar o trabalho conjunto de Bevir com o cientista político inglês Rod Rhodes. Rhodes é autor de numerosos estudos empíricos sobre o Estado britânico, e sua colaboração com Bevir tem sido fundamental para a demonstração das potencialidades de aplicação empírica da ciência política interpretativa. (BEVIR & RHODES, 2003, 2006, dentre outros)

A ciência política interpretativa é uma disciplina primordialmente interessada em compreender os significados que as pessoas atribuem a idéias, ações, práticas e instituições políticas. Bevir & Rhodes inscrevem-se em uma tradição que concebe as ciências humanas como disciplinas históricas e ideográficas, incompatíveis com os modelos naturalistas de explicação. A este propósito, os autores referem-se ao construtivismo de Collingwood, também inspirador da Escola de Cambridge. “Collingwood insists knowledge is *created*, not *discovered*, because evidence is not evidence until it makes something evident” (BEVIR & RHODES, 2003).

As ciências humanas requerem uma forma específica de explicação: a *narrativa*. Enquanto nas ciências naturais o conceito de explicação refere-se à descoberta de leis causais que regem as relações entre objetos, na história e nas ciências humanas a explicação “unpacks actions by reference to beliefs and pro-attitudes” (BEVIR, 2000a: 11). Isto se aplica à ciência política. As explicações das ações, das práticas e das instituições políticas não podem realizar-se sem que se recorra às crenças e desejos dos agentes envolvidos em tais ações, práticas ou instituições políticas.

Qualquer forma de explicação funciona mediante a postulação de conexões entre objetos. Bevir advoga que a explicação racional não se acomoda à concepção científica (naturalista) de causalidade, uma vez que as conexões entre os objetos do interesse das ciências humanas não são conexões necessárias, porém dos tipos condicionais e volitivas. Uma conexão condicional indica que a relação estabelecida entre objetos não é nem necessária nem arbitrária. Conforme sintetiza Bevir:

Historical narratives do not progress inevitably from one object to another with each being necessitated by its predecessor and making necessary its successor. Nor do historical narratives stumble haphazardly from one object to another with no object having a significant relationship to those adjacent to it. On the contrary, beliefs, webs of belief, traditions, and dilemmas, are connected conditionally to one another. (1999: 313-314)

Enquanto as conexões condicionais referem-se às relações entre crenças dos agentes, tanto sincronicamente na rede de crenças quanto diacronicamente na tradição, as conexões volitivas referem-se às relações entre pro-attitudes e ações. Tais conexões são construídas para a explicação das distorções nas crenças dos agentes provocadas pela operação da vontade. “Volitional connections are what a will creates whenever it makes a decision and then issues a corresponding command”. (BEVIR, 1999, p. 30). As conexões condicionais referem-se a crenças racionais, sinceras e verdadeiras, e as conexões volitivas às formas distorcidas dessas crenças.

A ciência política interpretativa requer essa forma narrativa de explicação. Trata-se, não há dúvida, de uma de explicação não causal, mas ainda assim de explicação. Além disso, os interpretativistas recorrem a métodos pouco explorados na ciência política convencional. Além do recurso à história, posto em relevo na explicação narrativa, Bevir e Rhodes advogam a utilização de métodos etnográficos na ciência política. “History and ethnography are the best tools for constructing our story of other people's constructions of what they are doing; that is, thick descriptions of individual beliefs and preferences”. (BEVIR & RHODES, 2003: 6).

Em sua reconstituição da história recente da ciência política, Bevir apresenta à abordagem interpretativa como uma espécie de coroamento da virada historicista radical nas ciências humanas nas últimas décadas. No campo da ciência política, a emergência do historicismo radical relaciona-se a influência de autores como Charles Taylor e Quentin Skinner, aos quais Bevir presta suas homenagens. Taylor invectivou contra o behaviorismo, ao mesmo tempo em que procurou fundamentar a natureza interpretativa da ciência política (TAYLOR, 1964; 1971). Skinner atribuiu um sentido histórico e contingente para as crenças que herdamos do passado, na medida em que sua historiografia ressaltou a importância das discontinuidades na história das idéias políticas (SKINNER, 1969). Bevir compreende a emergência do historicismo radical como uma resposta aos dilemas enfrentados pelo historicismo desenvolvimentista prevalecente na ciência política entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Historicistas radicais “promoted forms of understanding and explanation that, like the narratives of developmental historicists, are inductive studies of human life in relation to historical contexts”. No entanto, “unlike the narratives of developmental historicists”, os historicistas radicais “do not appeal to fixed principles or to reason and progress in order to define the relevant contexts and relate them to the present”. (BEVIR, 2006: 597).

Ao rejeitar a teleologia vinculada ao historicismo desenvolvimentista, o historicismo radical “replaces principles of reason, character and progress with sensitivity to dispersal, difference and discontinuity”. (idem: 598). Assim, abriu-se o caminho para uma concepção de ciência política mais atenta não apenas à historicidade, mas também à radical contingência das práticas e das instituições políticas. Mais do que isso: uma concepção de ciência política mais consciente da contingência do próprio conhecimento da vida política, pois práticas e instituições políticas são propriedades emergentes das relações entre os agentes individuais.

Ações, contudo, são sempre informadas por crenças que indivíduos sustentam, sejam estas crenças sinceras, conscientes e racionais, sejam crenças distorcidas pela impostura, a auto-impostura ou a irracionalidade. Sendo assim, parece claro que a pedra de toque do processo de interpretação das práticas e instituições políticas são as crenças que informam as ações dos agentes. Percebe-se aqui de modo claro a articulação entre a lógica da história das idéias apresentada por Bevir e programa de pesquisas do autor no campo da ciência política. O estudo dos acontecimentos do passado, especialmente das idéias do passado, e o estudo das práticas e instituições políticas contemporâneas partem ambos da recuperação das crenças dos agentes relevantes em seus contextos de ação, sejam tais agentes filósofos e cientistas políticos, políticos propriamente ditos ou mesmo cidadãos ordinários. As práticas políticas são entidades emergentes das ações, e as instituições políticas, por seu turno, são entidades emergentes das práticas. Não é possível prever ou calcular os resultados das ações políticas porque os agentes reagem de modo criativo às influências de seu contexto. Esta é uma potencialidade derivada da “capacidade de agência”. Os modelos que têm a pretensão de estabelecer parâmetros de previsão pela descoberta de leis que regem os fenômenos estão desarmados para lidar com a contingência. Daí a vantagem da explicação pela narrativa, uma vez que as “narratives reveal the diversity of beliefs and traditions on which institutions rest. They also show the contingent and changing nature of institutions as they are constantly recreated through particular actions”. (BEVIR & RHODES, 2003: 25)

Armado dos instrumentos conceituais da ciência política interpretativa, Bevir lança-se a um programa de pesquisas sobre a política britânica recente. Parte deste programa dedica-se à reconstituição das tradições que informam as diferentes narrativas sobre as transformações no governo do inglês desde a década de 1970. As tradições conservadoras, liberais e socialistas têm modos específicos de compreensão e explicação das transformações. Bevir & Rhodes (2003, 2006) procuram reconstituir tais tradições e examinar as narrativas que elas engendram. O foco nas tradições alimenta o momento de agregação no universo conceitual da ciência política interpretativa. Mas, para os autores, “an interpretive approach moves back and

forth between aggregate concepts and the beliefs of particular individuals” (BEVIR & RHODES, 2003: 2). Assim, o cientista político não deve contentar-se com a reconstituição das tradições como agregações homogêneas de diferentes redes de crenças. Toda tradição revela-se multifacetada, quando investigada mais de perto. Autores em tradições intelectuais bem como políticos em tradições de práticas de governo podem e devem ser investigados como agentes que modificam as tradições a que se vinculam. Contudo, “Whether we focus on aggregates such as traditions or on the beliefs of individuals will depend on the questions we seek to answer”. (BEVIR & RHODES, 2003: 2)

Não há espaço aqui para tratarmos do modo como Bevir compreende as abordagens alternativas ao interpretativismo no campo da ciência política. Mas convém destacar que as críticas ao behaviorismo, à abordagem da escolha racional, ao institucionalismo e ao comunitarismo são constitutivas de sua defesa da ciência política interpretativa. Isso faz parte também de sua defesa da dimensão crítica do interpretativismo, complemento indispensável das dimensões compreensiva e analítica. A nosso ver, tanto as críticas do autor às abordagens alternativas quanto sua defesa da “ciência política interpretativa” articulam-se em torno de sua convicção básica de que “Political science has to come to terms with the inherent contingency of the objects it studies”. (BEVIR, 2005: 14).

## **Bibliografia**

- BEVIR, M., Political Studies as Narrative and Science, 1880-2000. *Political Studies*. 1 (54), pp. 583-606, 2006.
- BEVIR, M. *New Labor: A Critique*. London: Routledge, 2005.
- BEVIR, M. Notes Toward an Analysis of Conceptual Change, *Social Epistemology*, Vol. 17, pp. 55-63, 2003.
- BEVIR, M. Philosophy, Rhetoric, and Power: A Response to Critics, *Rethinking History*, vol. 4 , pp. 341-350, 2000e.
- BEVIR, M. The Text as a Historical Object. *Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 4, 2000d.
- BEVIR, M. On Tradition, *Humanitas*, vol. 13, pp., 28-53, 2000c.
- BEVIR, M. Meaning and Intention: A Defence of Procedural Individualism, *New Literary Histor*, vol. 31, pp. 385-403, 2000b.
- BEVIR, M. Narrative as a Form of Explanation, *Disputatio* (Lisboa), vol. 9, pp. 10-18, 2000a.
- BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BEVIR, M. Mind and method in the history of ideas. *History and Theory*, v. 36, p. 167-169, 1997
- BEVIR, M. Are there perennial problems in political theory? *Political Studies*, XLII, p. 662-675, 1994.
- BEVIR, M. The erros of linguistic contextualism. *History and Theory*, v. 31, p. 267-298, 1992.
- BEVIR, M. & RHODES, R. . *Interpreting British Governance*. London: Routledge, 2003.
- BEVIR, M. & RHODES, R. . *Governance Stories*. London: Routledge, 2006.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, 1969.
- TAYLOR, C. Interpretation and the Sciences of the Man. *Review of Metaphysics*, vol. 25, 1971.
- TAYLOR, C. *The explanation of Behavior*. London: Routledge, 1964.